

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A BIBLIOTECONOMIA: PERCEPÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS DO IFB

Grazielle Pereira (IFB) - 1938961@etfbsb.edu.br

Resumo:

Este artigo refere-se a um estudo descritivo-exploratório da percepção dos bibliotecários do IFB em relação à educação inclusiva e o papel das bibliotecas neste contexto. Apresenta uma pesquisa bibliográfica acerca do tema educação inclusiva no Brasil, oferecendo uma evolução histórica da busca pela inclusão de pessoas com deficiências. São propostos conceitos ligados à biblioteconomia e sua função na sociedade da informação. Há uma explanação sobre a Rede Federal de Ensino no Brasil, que tem tido seu momento de crescimento com a criação dos institutos federais. O objetivo do artigo é conduzir uma reflexão sobre como as bibliotecas devem atuar com vistas a atender usuários com algum tipo de deficiência.

Palavras-chave: *Educação inclusiva. Inclusão social. Biblioteconomia. Bibliotecário. Acesso à informação.*

Área temática: *Eixo 2 - Responsabilidade Política, Técnica e Social*

Subárea temática: *Perfil profissional e práticas renovadoras*

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A BIBLIOTECONOMIA: PERCEPÇÕES DOS BIBLIOTECÁRIOS DO IFB

Resumo: Este artigo refere-se a um estudo descritivo-exploratório da percepção dos bibliotecários do IFB em relação à educação inclusiva e o papel das bibliotecas neste contexto. Apresenta uma pesquisa bibliográfica acerca do tema educação inclusiva no Brasil, oferecendo uma evolução histórica da busca pela inclusão de pessoas com deficiências. São propostos conceitos ligados à biblioteconomia e sua função na sociedade da informação. Há uma explanação sobre a Rede Federal de Ensino no Brasil, que tem tido seu momento de crescimento com a criação dos institutos federais. O objetivo do artigo é conduzir uma reflexão sobre como as bibliotecas devem atuar com vistas a atender usuários com algum tipo de deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Inclusão social. Biblioteconomia. Bibliotecário. Acesso à informação.

Abstract: This article refers to a descriptive exploratory study of perception of IFB librarians in relation to inclusive education and the role of libraries in this context. It presents a literature about inclusive education issue in Brazil, offering a historical evolution of the search to include people with disabilities. They are proposed concepts related to librarianship and their role in the information society. There is an explanation of the Federal Education Network in Brazil, which has had its moment of growth with the creation of federal institutions. The aim of this paper is to conduct a reflection on how libraries should act in order to meet users with a disability.

Keywords: Inclusive education. Social inclusion. Librarianship. Librarian. Access to information.

1 Introdução

O momento atual em que se vive as sociedades é marcado pelo acesso ou não-acesso à informação. É possível que a informação permeia e conduz a vida das pessoas. Portanto, bibliotecas e centros de informação, de uma forma geral, devem cumprir o papel de conduzir os indivíduos no acesso a informações que possam suprir suas necessidades, sejam elas de cunho informativo, acadêmico ou mesmo cultural.

Sob esta perspectiva, a biblioteconomia é a técnica que busca identificar, armazenar, organizar e disseminar conteúdos informacionais. Para essa técnica se concretize é necessário que barreiras sem superadas, a fim de oferecer acesso informacional a todas as pessoas. É através deste conceito que pode-se pensar numa sociedade em que a informação seja democrática e de acesso igualitário.

A educação inclusiva, por sua vez, busca formas, estratégias para que as pessoas com diferenças, sejam estas físicas ou intelectuais, possam acessar a educação, não permitindo que isso aconteça de forma isolada das demais pessoas que possuem determinada deficiência. Vale ressaltar, que as barreiras ser identificadas e corrigidas, a fim de promover práticas educativas com eficiências.

Num ambiente escolar, para que as bibliotecas possam cumprir o seu papel de mediar a informação do aluno ao professor, por exemplo, é necessário os profissionais que atuam neste setor estejam atentos a sua função de democratizar acesso, bem como devem saber reconhecer o papel fundamental de reconhecer as diferentes necessidades informacionais dos seus usuários e a condição em que estes se encontram.

Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar em que medida os profissionais da informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) estão preparados para atuar num ambiente educacional em que existam usuários com necessidades específicas.

2 A educação inclusiva no Brasil

O censo demográfico brasileiro aponta que cerca de 23,9% da população total, tem algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. De acordo com censo (OLIVEIRA, 2010). Como mostra a Figura 1:

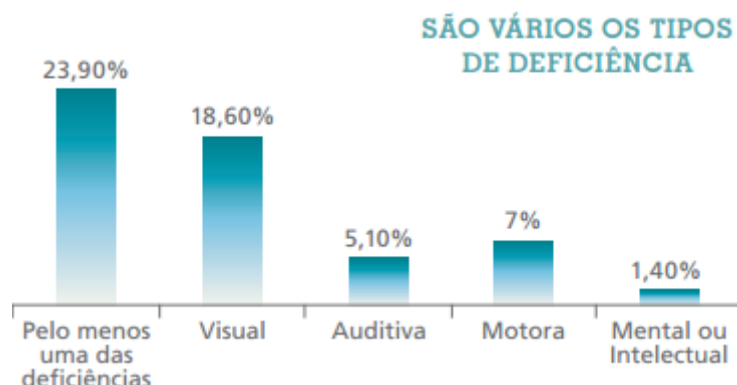


Figura 1 – A deficiência no Brasil. Fonte: IBGE (2010)

Praticar a educação inclusiva em um país de dimensões continentais, com realidades diversas é um desafio para o Estado e para educadores de todo o Brasil. De acordo com especialistas, a inclusão deve começar em sala de aula. Essa afirmação deve-se ao fato de que é na formação das crianças que está a postura da sociedade mais adiante. De acordo com Rosane Carneiro et al (2009, p. 153):

Quanto maior a convivência, sem discriminações, maior a inclusão. Através do relacionamento entre os indivíduos diferentes entre si, previsto na sociedade inclusiva, é que se constrói e se fortalece a cidade. A inclusão, então, nunca poderá ser vista como um favor, de colar “para dentro” da sociedade quem está fora, mas como uma troca. Todos saem ganhando, pela convivência entre as diferenças e a transformações da sociedade em busca da realização de todos.

Historicamente, as pessoas com deficiência passaram muito tempo em total exclusão e segregação. A partir da década de 1950 é que se tiveram os primeiros esforços da sociedade pela prática não-discriminatória, iniciando um movimento de integração. Na integração, que vigorou até o surgimento de sociedade inclusiva na década de 90, a sociedade começa a abrir-se à presença das minorias, especialmente as pessoas com deficiência. No entanto, segundo Carneiro et al (2009, p. 154), as pessoas com deficiência deviam se esforçar para pertencer à sociedade. Assim, foram oferecidos a elas reabilitação, escolas e turmas especiais, acesso arquitetônico em locais públicos, postos de trabalho diferenciados.

Portanto, mesmo com o mérito de iniciar o movimento de modificação da mentalidade das pessoas, a integração mantinha formas de segregação, pois as deficiências não eram aceitas, e a sociedade é que precisa estruturar-se para fornecer todas as condições de bem-viver aos cidadãos. Muitos estudiosos salientam que a sociedade vive a mudança do movimento integracionista para o inclusivista. E, é claro, que estas mudanças são lentas e graduais, além de repleta de conflitos.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) propõe-se uma adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente a todas crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de **inclusão escolar** (KASSAR, 2011, p. 71, grifo nosso). Como afirma a autora: “Um discurso de educação inclusiva toma corpo no país, de modo que profissionais que atuavam na Educação Especial passam, pouco a pouco, a utilizar o termo ‘inclusão’ no lugar da bandeira da ‘integração’.”

A LDB/1996 dispõe: “o estabelecimento, pela União, em colaboração com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, de competências e de diretrizes curriculares para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio, devem contemplar o alunado com

necessidades especiais.” (BRASIL, 1996) De acordo com Carvalho (2007, p. 76), o órgão do MEC responsável pela educação especial tem procurado se articular com as Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal e, ainda, com as ONGs que promovem atendimento especializado.

Como atesta Kassar (2011, p. 62), as escolas públicas brasileiras têm se surpreendido com a presença de alunos com deficiências matriculados em suas turmas, em diferentes níveis de ensino. Essa situação é resultando de uma política denominada “educação inclusiva”, que tem sido implantada explicitamente em 2003.

Para oferecer sustentação da proposta inclusiva, o Decreto 6.571/2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado e modifica as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para garantir recursos àqueles alunos que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas e recebendo atendimento educacional especializado. É neste sentido que é formulada, em 2009, a Resolução nº 4, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e estabelece as formas possíveis desse atendimento. Como postula, a Resolução afirma em seus artigos 1º, 2º e 3º:

Art. 1º Para implementação do Decreto nº, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (BRASIL, 2009, p. 17)

Com a finalidade de fomentar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos, que formem educadores num sistema de multiplicadores, a Secretaria de Educação Especial do MEC aponta um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. (KASSAR, 2009, p. 73). De acordo com a autora os dados apresentados pela secretaria demonstram que os objetivos têm sido alcançados, no entanto, que é necessário olhar para a cada escolar e identificar os diferentes desafios que devem ser enfrentados.

E para o alcance deste objetivo faz-se urgente que romper com o paradigma que conduz a história da educação no Brasil, em que pessoas são segregadas pelas condições que estas apresentam. Portanto, fica evidente que Estado e sociedade civil devem se unir a fim de tentar garantir plenas condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem de todas as pessoas.

3 As bibliotecas e o seu papel na sociedade da informação

Os conceitos de biblioteca e de biblioteconomia tem mudado com o passar do tempo e com as novas tecnologias da informação e da comunicação, se adaptando, portanto, às necessidades de informação das pessoas, que são cada vez mais rápidas e em maior volume, já que produção de estoques de conhecimento também tem aumentado. Em suma, a

biblioteconomia é a ciência ou a técnica que busca oferecer controle ao que produzido como forma de conhecimento registrado pelo homem. Atualmente, há ainda as bibliotecas físicas, mas há também as bibliotecas virtuais, digitais e eletrônicas, que oferecem acesso à informação através de serviços remotos, links, acervo eletrônicos, entre outros.

De acordo com Yves-François Le Coadic (1996, p. 25), a biblioteconomia não é uma ciência, nem uma técnica rigorosa, mas sim uma prática de organização caracterizada por sua unidade. Divide-se em três grandes domínios: acervos (documentos); leitores (público) e espaços (estabelecimentos físicos ou não). Segundo os autores para que a biblioteconomia se consolide não é possível dissociar esses três elementos.

Segundo Vieira (2014, p. 2), o conceito norte-americano de biblioteconomia é que esta tem a missão de aplicar a tecnologia e a teoria para a seleção, organização, gerenciamento, preservação, disseminação, criação e utilização das coleções de informações por todos e em todos os formatos.

É possível afirmar que a prática biblioteconômica está diretamente ligada à história da humanidade, sendo influenciada por uma série de revoluções tecnológicas. Portanto, a história da biblioteconomia é a história do registro da informação, sendo impossível dissociá-la de um conjunto amplo que é a própria história do homem. De acordo com Milanese (1983, p. 16), na medida da produção do registro informativo, o homem engendrou sistemas – tão rudimentares quanto a informação registrada – para não dispersá-la:

era preciso reter a informação em algum suporte concreto; conseqüentemente, tornou-se imprescindível a preservação desses suportes – os documentos – bem como a organização deles. Quanto mais documentos produzidos, maior a exigência de controle. A resposta à explosão informativa do século XX foi a utilização do computador para ordenar a informação registrada. Ou seja, quanto mais o homem gera documentos, mais os profissionais especializados no controle da informação buscam instrumentos e técnicas que permitem a cada homem encontrar o dado que procura. (MILANESI, 1983, p. 16-17)

Ranganathan (1892-1972), nascido na Índia, matemático e bibliotecário, foi considerado o “pai da biblioteconomia” no país, propôs em 1931 as chamadas por ele de “cinco leis da biblioteconomia”. São elas: 1. Os livros são para usar. 2. A cada leitor o seu livro. 3. A cada livro o seu leitor. 4. Poupe o tempo do leitor. 5. A biblioteca é um organismo em crescimento. Esses pressupostos potencializam uma biblioteca para ser além de uma acumuladora de conhecimentos registrados, uma instituição social. A autora diz: “biblioteca como órgão capaz de romper as muralhas da exclusão, deixando sua condição de depósito morto de livros para se transformar em centro de cultura.”

Considerando essas prerrogativas, Côrte e Bandeira (2011, p. 9), as bibliotecas de instituições escolares devem atuar como órgão auxiliar da escola, facilitando aos alunos o livre acesso a documentos bibliográficos, bem como orientação clara e precisa para estudo, para a solução de problemas e dos deveres de classe, ou, ainda, incrementar as pesquisas.

No âmbito social, às bibliotecas escolares e universitárias compete, prioritariamente, prover acesso à comunidade acadêmica de recursos de informação relevantes, de modo a subsidiá-la no desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sob esta perspectiva, Silveira (2010, p. 2) atesta que no contexto brasileiro a grande maioria das bibliotecas reflete o descaso social mais amplo pelas pessoas com deficiência, sendo seus produtos e serviços para aqueles usuários fisicamente e intelectualmente “perfeitos”. Neste sentido a autora afirma:

As raras iniciativas para sua integração configuram-se, na maioria dos casos, como soluções de paternalismo, medidas assistencialistas, retirando do indivíduo o seu direito de conviver em igualdade de condições com outros membros da comunidade universitária. No Brasil, praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações. O conjunto de recursos informacionais,

representado por itens componentes dos acervos, também é projetado visando ao atendimento daquela comunidade de usuários julgada fisicamente "normal", resultando daí a inacessibilidade parcial e, na maioria das vezes, total à informação disponibilizada pela biblioteca, devido aos suportes utilizados para seu registro ou à inexistência de tecnologias alternativas especialmente desenvolvidas para propiciar utilização por usuários deficientes visuais. (SILVEIRA, p. 2)

Portanto, no Brasil quase inexistem bibliotecas que incorporem ao seu planejamento e rotina de trabalho garantias de acesso pleno a pessoas com deficiência, prevalecendo as barreiras arquitetônicas às suas instalações, bem como barreiras informacionais, ou seja, documentos em suportes e formatos que garantam o acesso a pessoas com alguma condição diferenciada. É possível comprovar também essa afirmativa de que não há cumprimento de acesso total a pessoas com deficiências em bibliotecas que pouco se tem de literatura científica na área, apresentando um cenário bem desolador com referência ao tratamento ineficiente e ineficaz dispensado ao público constituído pelos usuários com algum tipo de deficiência.

É necessário que bibliotecários que atuam em instituições escolares, como agentes da educação que são, conheçam os dispositivos legais que se referem à educação inclusiva e suas implicações, bem como deve se apropriar de normas técnicas de acessibilidade como a NBR 9050/2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

4 As bibliotecas do IFB

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todo território nacional, com a oferta de cursos de qualificação, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. (BRASIL, 2015). Cerca de 35 (trinta e cinco) institutos federais compõem essa rede, que também conta com universidades tecnológicas, CEFETS e escolas técnicas vinculadas a universidades. Cada instituição desta tem aproximadamente 10 (dez) *campi*. Em cada *campus* há bibliotecas que tem a função de atender as necessidades informacionais de seus usuários, entre alunos e servidores. Espera-se dessas unidades algumas características mínimas: acervo adequado à oferta de cursos do *campus*, bem como em vários suportes informacionais (impresso, eletrônico e digital); estrutura mínima para receber seus usuários; apoio em atividades de consulta a fontes de informação; clareza no seu papel fundamental em subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos institutos. Essas unidades contam, em sua maioria, com 2 (dois) profissionais bibliotecários, sendo que um deles é responsável por coordenar as atividades e articular a biblioteca com os demais setores pedagógicos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) foi criado em 29 de dezembro de 2009 e, atualmente, conta com 10 (dez) *campi* em diversas regiões administrativas, a saber: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Taguatinga Centro. No Estatuto do IFB consta a seguinte missão: Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social. O IFB iniciou suas atividades incorporando a Escola Agrícola do Governo do Distrito Federal, localizada na região administrativa de Planaltina. Na primeira fase de expansão surgiram os campi Brasília, Gama, Taguatinga e Samambaia. Com a segunda fase surgem as unidades Riacho Fundo, São Sebastião e Taguatinga Centro. Na terceira e última fase são criados os campi Ceilândia e Estrutural. (IFB, 2015)

Em cada escola há uma biblioteca que, administrativamente, ocupa no organograma de *campus* uma coordenação, sendo subordinada à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada *campus*. As coordenações de biblioteca se articulam internamente aos demais setores e

também estão associadas à Coordenação Geral de Bibliotecas que é um organismo da Reitoria do IFB e é responsável por apoiar todas bibliotecas do IFB e buscar uma unidade e padronização dos produtos e serviços prestados.

3 Materiais e métodos

É um estudo de caráter qualitativo, com uma abordagem descritivo-exploratória. O universo da pesquisa são os bibliotecários do IFB e a amostra foi definida aleatoriamente e, de um universo de 18 (vinte e dois) bibliotecários, foram selecionados 7 (sete) respondentes a um questionário enviado por email a todos os profissionais, contendo 13 (treze) perguntas fechadas e 5 (cinco), abertas. Os dados foram coletados entre os dias 25/11 e 03/12/2015.

4 Resultados parciais/finais

Foram realizadas perguntas que buscaram traçar um perfil do profissional bibliotecário do IFB. A média de idade é de 28 anos, sendo que os mais jovens têm 24 anos e os mais velhos têm 31 anos. Dos 7 profissionais, 2 estão participando de programas de mestrado acadêmico e 5 tem especialização. No que se refere ao tempo de vínculo com o IFB tem-se o seguinte quadro: 2 profissionais tem até 1 ano; 1 profissional tem de 1 a 2 anos; 2 profissional tem 2 a 3 anos; 2 profissionais tem mais de 3 anos de instituição. Há 2 profissionais do Campus Riacho Fundo; 1 do campus Estrutural; 1 do campus Samambaia; 1 do campus Taguatinga; 2 do campus São Sebastião. 4 profissionais atuam como coordenadores de bibliotecas e 3 atuam apenas como bibliotecários.

Quando perguntados sobre o conhecimento de leis, decretos e atos normativos sobre educação inclusiva e acessibilidade, apenas 1 declarou não ter conhecimento de nenhuma lei. Um bibliotecário do campus Riacho Fundo declarou: “Conheço o Decreto 5.296/2004 trata das deficiências e dos direitos da pessoa com deficiência, foi um marco para a área”. Um profissional do campus Samambaia afirmou: “Há leis acerca de acesso físico de uma pessoa aos ambientes, à locomoção (direito de ir e vir); no caso de cegos, de entrada com o cão guia em quaisquer tipos de locais; no caso de uma escola, atendimento especializado de acordo com a necessidade que o aluno possui, entre outros.” O bibliotecário do campus Taguatinga detalhou seu conhecimento da seguinte forma: Norma brasileira ABNT NBR 9050 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Um dos bibliotecários do campus São Sebastião afirmou: “A própria constituição federal que estabelece garantia para criação de programas de atendimento especializado para portadores de deficiência e leis que asseguram atendimento prioritário, bem como normas gerais para a promoção da acessibilidade dos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida. E a LDB que trata dos direitos da criança deficiente.” Outro bibliotecário do campus São Sebastião afirmou: Conheço apenas a NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e que foi atualizada recentemente (2015).

No que se refere a programas de capacitação e cursos sobre o assunto, os bibliotecários com mais de 3 anos no IFB declararam ter participado de cursos oferecidos pela instituição, a saber: curso de libras, utilização de softwares para usuários cegos. O bibliotecário do campus Riacho Fundo, que atua no IFB entre 2 a 3 anos, declarou ter participado do último Fórum Distrital de Educação Inclusiva, ocorrido no IFB neste ano.

No que diz respeito ao conhecimento da norma 9050/2004, 100% dos bibliotecários afirmaram ter conhecimento da norma. O bibliotecário do campus Taguatinga afirmou: “A norma aborda, dentre vários ambientes, a questão da acessibilidade dentro das bibliotecas. Questões como dimensões dos balcões de consulta/atendimento, distância entre as estantes para que o cadeirante possa se locomover no corredor são discutidas na norma.”

Ao indagar se há nas bibliotecas de atuação usuários com alguma deficiência, apenas 1 bibliotecário declarou não receber público com esta condição. Foram apontadas deficiências motoras, auditivas e visuais. 4 bibliotecas oferecem espaço em que usuários com deficiência conseguem percorrer o ambiente na sua totalidade. Estas mesmas bibliotecas possuem elevador ou rampa e também sinalização tátil. 4 bibliotecas possuem acervo em Braille, Audiolivro e Impressora em Braille. Há em 5 bibliotecas profissionais que podem se comunicar através da Língua Brasileira de Sinais, em nível básico.

O último item do questionário solicitou ao bibliotecário que discorresse brevemente as suas impressões de como as bibliotecas devem apoiar práticas de educação inclusiva. O resultado foi o seguinte:

Campus de atuação	Impressões – Educação Inclusiva e Bibliotecas
Estrutural	Há um longo caminho a percorrer. Percebo que as construções dos IFs já possuem os padrões para acessibilidade, mas creio que os profissionais da área de biblioteconomia não tem conhecimento nem qualificação suficiente na área.
Riacho Fundo	Acredito que pensar a educação inclusiva sobre o ponto de vista das bibliotecas é um desafio, mas, também algo urgente, uma vez que, todos os usuários devem ter acesso ao conhecimento, independente deste ter deficiência ou não.
	Acredito que nós em primeira instância devemos procurar adquirir conhecimento sobre acessibilidade.
Samambaia	As bibliotecas devem se informar acerca de normas, materiais, capacitações aos servidores, ou seja, tudo o que pode ser oferecido aos usuários com necessidades específicas e procurar oferecer o que for possível, de forma que todos os usuários tenham acesso de maneira igualitária aos serviços de informação.
São Sebastião	As bibliotecas são uma extensão das instituições de ensino, portanto devem estar envolvidas nas políticas educacionais a respeito da educação inclusiva. As bibliotecas devem garantir que seu espaço e serviços sejam abertos a todo e qualquer usuário. A preocupação inicial deve ser a aquisição e disponibilização de recursos multimídia e livros especiais para deficientes, e adequação da estrutura física e mobiliária, bem como preparar os profissionais para lidar com este público. Por fim, é necessário que os profissionais da biblioteca realizem atividades de mediação que visem contribuir com o desenvolvimento intelectual, inclusão e incentivo à socialização dos usuários especiais.
Taguatinga	O apoio da biblioteca só é possível com a integração entre professores e bibliotecários. A questão de capacitar os servidores em relação treinamento em livros é complicado, pois somente com o treino é possível manter o aprendizado. É fácil esquecer quando você não pratica.

Quadro 1: Construção do autor.

5 Considerações finais

Conclui-se que considerar as bibliotecas nas práticas de educação inclusiva é algo urgente e necessário, pois possível pensar em inclusão no âmbito escolar se o aluno puder acessar conteúdos que possam subsidiar suas práticas educacionais. Vale ressaltar que profissionais bibliotecários devem estar atentos a esta demanda, ou seja, procurar se apropriar do assunto, no que diz respeito a leis, tratados, normas e outros, a fim de que usuários com algum tipo de deficiência tenham acesso à informação, assim como os demais usuários.

Há um caminho longo a ser percorrido, mas essa necessidade deve ser enfrentada de forma constante. Ao estruturar um edifício de biblioteca, o profissional bibliotecário deve acompanhar a execução da atividade, utilizando os conhecimentos adquiridos, a fim que as barreiras físicas possam ser eliminadas ou minimizadas. No que tange o acesso a textos, conteúdo técnico-científico, bibliotecários devem representar a demanda desses usuários, buscando formas de aquisição de material em Braille, audiolivros, *softwares* sintetizadores de voz, entre outros. É só com medidas dessa natureza é que se pode falar em que as bibliotecas tem cumprido o seu papel ao praticar também a educação inclusiva.

6 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050*. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/ABNT9050.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9394, de 15 de julho de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. 2015. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CARNEIRO, Rosane et al. *Transversalidade e inclusão: desafios para o educador*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009. (Série Didática para Educação Profissional).

CARVALHO, Rosita Edler. *A nova LDB e a educação especial*. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. *Biblioteca escolar*. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. *Missão, visão e valores*. 2015. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/index.php/institucional/missao>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./dez. 2011.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MILANESI, Luiz. *O que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 94).

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. *Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência*. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=biblioteca+inclusiva+repensando+as+barreiras+de+acesso+aos+deficientes+fisicos+e+visuais&oq=bibliote&aqs=chrome.0.69i59j69i57j69i61j0l3.4263j0j7&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8>. Acesso em: 26 nov. 2015.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. *Biblioteca inclusiva? Repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo a trajetória institucional na busca de soluções*. Disponível em: <http://proex.pucminas.br/sociedade_inclusiva/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

VIEIRA, Ronaldo. *Introdução à teoria geral da biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.